

Rede de intercâmbio de televisão universitária brasileira: uma experiência de difusão científica cultural¹

Claudio Márcio Magalhães²
Fernando José Garcia Moreira³

Resumo

As TVs universitárias (TVU) são um tanto desconhecidas. No entanto, percebe-se que há um crescimento significativo nas comunidades ibero-americanas. O Brasil é o seu maior expoente, com mais de 150 emissoras e a maior entidade política do mundo. Seu crescimento e sua atuação devem-se, prioritariamente, ao empreendedorismo, formação de redes e a inovação de suas equipes (professores, alunos, funcionários). A proposta deste trabalho é desvelar um pouco desta faceta das TVUs brasileiras na esperança de incentivar o ensino superior a pensar em sua comunicação audiovisual como um instrumento de inovação de suas práticas. Para isso, pesquisou-se e analisou-se publicações de artigos do segmento em busca de referenciais de empreendedorismo e inovação. Como resultado, um relato de parte das experiências que ilustram a atuação das televisões universitárias no Brasil e de que maneira elas podem ser reproduzidas.

Palavras-chave: televisão universitária; ABTU; televisão; TVU; Brasil

Introdução

Em 2017 a TV Universitária Brasileira completou 50 anos (FRADKIN, 2003) (TORVES, 2007), (VALENTE, 2009), (MILANEZ, 2007). Esse momento também comemora cinco décadas da TV pública e TV Educativa (TVU) no Brasil, visto que a primeira TV Pública educativa também era da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). A simbologia deste momento resgata uma parte significativa da televisão no país – conhecido pela qualidade técnica das suas emissoras comerciais. Por um bom tempo, a radiodifusão pública televisionada esteve a cargo das instituições de ensino superior, algo inusitado em grande parte do mundo. E, em 2010, já eram mais de 150 TVs universitárias, distribuídas em TV's abertas, no cabo e por streaming (internet), número que se desconhece haver em outro país.

O ano de 1967, portanto, marca a entrada das instituições de ensino superior (IES) do Brasil como produtoras daquele que seria o veículo mais popular do planeta no Séc. XX. A TV Universitária de Pernambuco (ou TV Universitária de Recife), emissora ainda ativa, pertence a Universidade Federal de Pernambuco, uma universidade pública federal. Com ela, inicia-se um processo de ações de

empreendedorismo e inovação tecnológica social, assim como a internacionalização de algumas dessas escolas a reboque de sua produção televisiva, que irá adentrar o Século XXI.

“As 150 emissoras, detectadas no Mapa Brasileiro de Televisão Universitária em 2010 representavam, na ocasião, que 9% das IES brasileiras produziam televisão (RAMALHO, 2011). Tal avanço foi resultado de uma mistura produtiva da necessidade de ampliar sua extensão com a comunidade e fortalecer sua marca institucional, com doses de empreendedorismo e inovação por parte de professores e alunos entusiasmados para enfrentar um segmento dominado por emissoras comerciais de reconhecimento mundial. Com o avanço da tecnologia e da internet, o crescimento ainda é potencial, uma vez que, em 2010, apenas 38% das IES tinham se aventurado no ciberespaço (RAMALHO, 2011, p. 47).”

Acrescenta-se, neste cenário, uma das mais representativas Associações que reúne instituições de Ensino Superior (IES)

que produzem TV do mundo, a Associação Brasileira de Televisão Universitária (ABTU) – e que inspirou a criação de outras semelhantes na América Latina.

Embora existam outras instituições muito mais antigas, sendo que a mais antiga associação de televisões mantidas por universidades é a NASTA (National Student Television Association) do Reino Unido, e a primeira televisão universitária da Europa foi criada em 1964, a Glasgow University Student Television (GUST), sendo a primeira de todo o mundo a ser operada totalmente por alunos (ABRAHAM, 2009) e que nos EUA existe a National Association of Educational Broadcasters (NAEB), criada em 1988 como Association of College and University Broadcasting Stations. Estas duas Associações têm em comum a participação efetiva de alunos tanto nas emissoras, como nas próprias associações, diferente da ABTU que abriga instituições com diversas formas de gerenciamento de suas produções, com participação total ou parcial de alunos no processo e não inclui alunos em sua gestão como associação. (NAEB, 2017)

A ABTU reuni dezenas de IES desde sua fundação em 2000 (os números de afiliadas na época era de 46 instituições

¹ Artigo originalmente publicado em GÓMEZ, G.O, FRANCÉS, M., ANGUINIANO, B. L. (coords.) *La Comunicación Audiovisual de la Ciencia*. Madri: Editorial Síntesis, 2018.

² Doutor em Educação, Mestre em Comunicação Social, Professor/Orientador no Programa de Pós-Graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local e do Instituto de Comunicação e Artes do Centro Universitário UNA.

³ Doutor em Comunicação Social, Pedagogo, Publicitário, Jornalista, Profissional de Televisão, Professor. Diretor da TV Univap, Presidente da ABTU (2014-2018). Membro do Labcom Univap, da Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão, Broadcast Education Association e National Association of Television Program Executives.

e em 2017 é de 36), sua atuação foi fundamental para a conceituação da TVU, para sua representatividade política, para o incentivo e a expansão das atividades de produção e a formação da Rede de Intercâmbio de Televisão Universitária (RITU). A RITU promove a troca de conteúdo sem ônus entre os parceiros, para a divulgação científica e, por fim, a expansão da TVU brasileira em diversos países ibero-americanos.

No entanto, a TV universitária faz coro com boa parte de iniciativas semelhantes no mundo. Há um grande desconhecimento de sua atuação e de sua história. Tal problema impede que as TVUs se vejam como iniciativas inovadoras e empreendedoras, o que resulta no fechamento em si mesmo e a não socialização deste conhecimento construído. Por outro lado, a última década foi profícua na ampliação de redes de televisões universitárias, em especial nos países ibérico-americanos, mas, ainda assim, desconhece-se grande parte das TVUs brasileiras, que representam um cenário inédito, dado o grande número de emissoras e a sua história de organização política e de representatividade, como também no campo de práticas, pesquisas e intercâmbios.

1.1 Televisão Universitária Brasileira

A televisão universitária brasileira viveu três momentos distintos. O primeiro, a partir do final dos anos 1960 e início da década de 1970 quando o então governo militar viu na implantação de um sistema de televisão educativa uma maneira de fazer educação a distância. A ideia não deu certo, mas deixou como herança a implantação de cerca de uma dezena de emissoras ligadas diretamente a órgãos públicos de educação, entre elas, algumas universidades (FRADKIN, 2003).

Eram emissoras abertas, que passaram a ser a opção educativa nas localidades e regiões onde atingiam seus sinais, dentro do modelo brasileiro de bipolaridade desequilibrada: majoritariamente TVs comerciais dominando o seguimento, tendo as TVs educativas em situação marginal. Com o fim da ditadura e a abertura democrática, no fim dos anos 1980, uma nova leva de concessões para universidades, agora também de âmbito privado, acrescenta cerca de uma dezena de emissoras ligadas às IES. Esse período também viu a apropriação das demais concessões de TVs educativas sendo usadas como moeda de barganha político-partidárias, e as universitárias foram tanto prejudicadas, quando relegadas em favor de um político amigo do governo de então, como beneficiadas, quando favorecidas por outras forças políticas na obtenção

da outorga televisiva.

O terceiro momento, que definitivamente permitiu o crescimento da atuação das TV's universitárias como um novo gênero, foi a promulgação da Lei Federal 8.977 (Lei do Cabo), no ano de 1995, que obrigava as operadoras de cabo, segmento recém criado e em grande crescimento na ocasião, a disponibilizarem um canal para as universidades fazerem televisão. Surgiram então dezenas de canais universitários, que continham em sua programação produções de diversas IES em consórcio. A partir daí, com canais garantidos de divulgação, somadas a experiência anterior em sinal aberto e a tecnologia de produção audiovisual cada vez mais acessível, a universidade brasileira tomou gosto por fazer TV. Em 2012 foi promulgada a Lei 12485, a chamada "Lei do acesso condicionado" que trouxe nova regulação para o setor e tornou os Canais Universitários como obrigatórios no line-up de todas as operadoras, inclusive por satélite (estas porém pendentes de regulação específica até 2017, por questões técnicas e logísticas).

A história é longa e cheia de percalços, e não cabe aqui seus desdobramentos. Aqui interessa que tal movimento gerou uma mobilização política entre os dirigentes das emissoras universitárias a ponto de, a partir de 1997, se reunirem periódica e sistematicamente para transformarem as iniciativas isoladas em um movimento em prol da consolidação da TV universitária como um gênero no segmento televisivo. A ABTU – Associação Brasileira de Televisão Universitária é fundada em 2000, com 25 instituições de ensino efetivamente fundadoras e mais 11 como observadoras participantes do movimento.

A ABTU surge com dois propósitos específicos, o de representar o segmento politicamente nas mais diversas instâncias institucionais, em prol do fortalecimento do gênero, e o de formar a RITU – Rede de Intercâmbio de Televisão Universitária. A rede irá se desdobrar num terceiro propósito, o da internacionalização, que é apresentado mais ao final deste texto.

Essa representatividade calçou a entidade a fornecer o conceito do que deve ser uma televisão universitária.

“No conceito adotado pela ABTU, a televisão universitária é aquela produzida no âmbito das IES ou por sua orientação, em qualquer sistema técnico ou de qualquer canal de difusão (VHF, UHF, cabo, satélite, internet, circuito interno, em grade de programação de outras emissoras, educativas ou co-

merciais), independentemente da natureza de sua propriedade. Uma televisão feita com a participação de estudantes, professores e funcionários; com programação eclética e diversificada, sem restrições ao entretenimento (Ministério da Cultura, 2006, p. 58).”

Se vê que o conceito já era em consonância com uma ideia mais abrangente de uma TV mais ligada à complexa produção audiovisual do que a um aparelho de reprodução de imagens e sons. Portanto, televisão é um gênero audiovisual, com gramática e sistema de produção e interação que lhe é próprio e distinto de outros meios de comunicação audiovisual, como o cinema. E sua veiculação, assim, não se restringe ao televisor, mas as mais diversas formas de tela e meios de difusão.

1.2 Processo de Inovação

A TV universitária é por excelência um espaço de experimentação e inovação, muito mais do que reprodutor de modelos pré-existentes, apesar de que, em muitos momentos existe essa reprodução como forma de aproximação do alunado às necessidades do mercado no qual será inserido, ou seja, colaborando na formação de mão de obra qualificada e treinada para realizar o dia-a-dia de uma emissora de TV, permitindo porém que mesmo reproduzindo um modelo, este seja discutido de maneira a levar para o mercado o pensamento crítico sobre novas formas de fazer televisão.

O termo Inovação tem ganhado destaque no Séc. XXI, dado ao avanço das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC). Lucília Machado (2009), no entanto, defende que a inovação tem sido inerente ao desenvolvimento e as transformações sociais, embora com enfoque nas questões tecnológicas e econômicas. Não deveria ser o caso.

“A inovação corresponde ao nível mais elevado das capacidades humanas, pois ela requer uma visão de conjunto e de síntese das necessidades humanas, dos meios e recursos disponíveis e das condições e oportunidades para o emprego de conhecimento e adaptação de soluções tecnológicas. Entende-se, por outro lado, que, embora as inovações possam ser associadas a processos de desenvolvimento, mudanças e transformações, estas relações precisam ser vistas como não lineares e deterministas. (MACHADO L., 2009, pp. 11-12).”

3 É ciente de quanto a palavra 'gênero' remete a diversos significados em diversos campos do saber. Aqui pensa-se a concepção pensada por Arlindo Machado, inspirado pelo filósofo da linguagem, Mikhail Bakhtin, quando esse defende que gênero "é uma força aglutinadora e estabilizadora dentro de uma determinada linguagem, um certo modo de organizar ideias, meios e recursos expressivos, suficientemente estratificado numa cultura, de modo a garantir a comunicabilidade dos produtos e a continuidade dessa forma junto às comunidades futuras" (MACHADO A., 2003, p. 68).

Mesmo quando trata-se da inovação sobre os aspectos tecnológicos, ela deve ser considerada muito além de uma nova versão de um equipamento anterior. Castells (1999) demonstra que não há isolamento em uma inovação tecnológica.

“*Ela reflete um determinado estágio de conhecimento; um ambiente institucional e industrial específico; uma certa disponibilidade de talentos para definir um problema técnico e resolvê-lo; uma mentalidade econômica para dar a essa aplicação uma boa relação custo/benefício; e uma rede de fabricantes e usuários capazes de comunicar suas experiências de modo cumulativo e aprender usando e fazendo*” (CASTELLS, 1999, p. 73)

Tal enunciação bem que poderia descrever a trajetória da TV universitária brasileira (TVU). Como se viu, ela só é o que é por conta do avanço da TV brasileira como um todo, em especial da necessidade, inclusive, de contrapor o modelo comercial; encontrou em políticas educacionais e em reitorias o ambiente institucional para sua implantação e progresso; usou de sua força de trabalho mais motivada e talentosa para suplantar as inúmeras dificuldades técnicas, inclusive sobrepondo, vez em quando, ao pensamento de ‘despesa alienígena’ de boa parte da comunidade acadêmica, defendendo-se como um projeto extensionista, de ensino e de pesquisa, que justifica-se seu custo benefício, além de ter, no contato com seus públicos – estudantes, docentes, telespectadores, outras TVUs em rede – como fim de sua produção: basicamente o de comunicar as experiências e conhecimento acumuladas por aquela IES e sua emissora.

A inovação, no entanto, tem também como característica o seu não conformismo e sua ligação inerente com o social. Especificamente, esses aspectos são ainda mais importantes para as universidades e suas Tevês. Mas ainda é preciso perseverar.

“*É preciso considerar que a distribuição de conhecimento permanece profundamente desigual e que é preciso repensar o processo inovativo em sua amplitude, questionando organizações e instituições tendo em vista a valorização do papel que jogam, nesta dinâmica, a multiplicidade dos agentes sociais e a experiência coletiva de aprendizagem. É preciso, sobretudo, não esquecer que a inovação é um processo interativo com o qual contribuem, com seus diferentes ti-*

pos de informações e conhecimentos, diferentes setores da sociedade (MACHADO L., 2009, p. 25).

Vê-se, portanto, que, ao tratarmos o conceito de inovação, deve-se pensá-lo muito mais do que ‘um passo além’, mas a partir de uma análise crítica de todo o contexto holístico que cerca essa caminhada. Dessa forma nada mais acertado que as TV’s Universitárias brasileiras fossem as pioneiras no desenvolvimento de um sistema de intercâmbio inovador em contraproposta a distribuição de conteúdo em formato de vídeo via satélite ou por rede de micro-ondas, utilizados pelas TV’s comerciais para envio de matérias jornalísticas ou programas.

1.3 RITU - Rede de Intercâmbio de Televisão Universitária

Com o advento da produção de TV em formato digital no final dos anos 1990 e devido ao rápido desenvolvimento e divulgação das tecnologias de rede, o armazenamento e a transmissão de programas de televisão aberta foram transformados de analógico para digital. Na verdade o tráfego digital de conteúdo digital via satélite já era usual desde 1994, permitindo o melhor uso dos satélites e a criação das primeiras operadoras de TV paga com abrangência nacional, como a Direct TV. Na TV aberta deu-se inicialmente no princípio dos anos 2000 na Europa e Estados Unidos sendo que as revoluções nessa tecnologia conduziram a uma completa mudança no conceito de produção e distribuição de conteúdos audiovisuais. Segundo Wang e Dong (2014) o Sistema de Gestão de Ativos de Mídia tornou-se a escolha inevitável para melhorar a competitividade da mídia TV no quesito de troca de conteúdos. Segundo os autores o Media Asset Management (MAM) geralmente refere-se especificamente ao Digital Media Asset Management (DAM), isto é, um processo de gerenciamento que usa tecnologia avançada e conceitos e métodos científicos, com base no Media Asset Management System (MAMS). Com esse sistema é possível planejar, organizar, armazenar, controlar e utilizar os ativos de conteúdo de mídia. O objetivo coordenar a utilização dos ativos e maximizar o uso do Digital Media Asset Management System através de uma espécie de sistema de gestão abrangente, que não só pode conseguir armazenamento digital, catalogação, consulta de recuperação, transcodificação de material e lançamento de informações de vários tipos de informações de vídeo, informações de áudio, texto, gráficos, bem como como outra informação de mídia, mas também pode gerenciar a equipamentos e ativos fixos de forma abrangente.

Baseada nesse modelo o Laboratório de Vídeo Digital (LAVID) da Universidade Federal da Paraíba, iniciou em 2003, em parceria com a RNP (Rede Nacional de Ensino e Pesquisa) e a ABTU o protótipo do sistema, que seria o motor da criação de uma grade nacional de programação compartilhada entre televisões universitárias no país. O sistema funcionava em um servidor central disponibilizado pela RNP que era interconectado com uma série de computadores equipados com kits especialmente desenvolvidos espalhados nas diversas universidades que faziam parte do projeto via Internet, por se tratar de um sistema inovador e a complexidade de implantação, só foi lançado oficialmente três anos depois em 6 de junho de 2006, em cerimônia na Universidade de Brasília – UnB, com oito universidades como parte do projeto-piloto – Universidade de São Paulo - USP, Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Universidade Mackenzie, Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC-Campinas, Centro Universitário de Belo Horizonte - Uni-BH, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e Universidade Federal Fluminense – UFF.

Este sistema, depois denominado de ITVP e assumido pela Empresa Brasil de Comunicação para uso compartilhado das TV’s educativas brasileiras e da REDEFES, das Universidades Federais, foi utilizado pela ABTU até o ano de 2013, de forma bastante aleatória, devido a irregularidade das produções, dificuldades de acesso à rede e falta de um repositório. Assim resolveu-se que um repositório era imperativo para manter os objetivos da Rede de maneira a preservar a história da produção televisiva universitária brasileira e oferecer conteúdos mesmo que as tevês universitárias tivessem uma produção em menor escala, e também devido a entrada de outras Universidade e Instituições que não tinham acesso a RNP, que é uma rede de alta velocidade, e que pudessem de uma forma mais simplificada enviar seus conteúdos e alavancar a distribuição de conteúdo entre as TV’s Universitárias, assim o sistema escolhido foi o de repositório baseado em FTP (File Transfer Protocol), portanto uma solução antiquada, mas que tinha foco na criação de um acervo, mais do que no simples intercâmbio.

Em 2015, depois de várias pesquisas e testes com diversas empresas nacionais, finalmente foi encontrada uma solução adequada à realidade das TVUs e assim com apoio da organização não governamental RAZUNA, criada na Europa e hoje instalada em Denver nos EUA, que desenvolveu uma plataforma de Media Asset Management / Digital Asset Management em código aberto, foi possível para a ABTU retornar

4 FTP ou File Transfer Protocol, é um dos protocolos de internet padrão usados para transferir arquivos de dados entre um cliente e um servidor através de uma rede de computadores e foi desenvolvido no início da década de 1970 por Abhay Bhushan enquanto estudava no MIT (WHO IS HOSTING THIS.COM).

ao uso de um sistema mais avançado, mas com total controle sobre todo o processo de gestão, sem a dependência de nenhum órgão público e sujeita as inconstâncias geradas pelas mudanças na política e administração federais.

O trabalho de manter uma rede de intercâmbio em funcionamento é muito mais que o sistema, na verdade é preciso um processo constante de monitoramento da entrega, análise de metadados, produção de relatórios e motivação. Na RITU cada associada participante tem a obrigação de enviar uma hora mensal de conteúdo atemporal e pertinente às áreas de educação, ciência e cultura que seja de relevância regional ou nacional e com isso pode ter acesso a quanto conteúdo necessitar. Para garantir a oferta mais conteúdo audiovisual de qualidade duas estratégias estão sendo utilizadas: solicitação de matérias audiovisuais antigos dos acervos das TVs e convênios com instituições do Brasil e exterior.

O respeito ao direito autoral é uma grande preocupação e por isso foi editado, em parceria com o Canal Universitário da cidade de São Paulo, CNU, o Manual Prático de Direito Autoral, com perguntas diversas enviadas pelas TVs Universitárias sobre o uso de som e imagem. Essas perguntas foram enviadas para um dos mais importantes escritórios de direito autoral do Brasil, que prestou a assessoria jurídica com base na lei brasileira e muitas universidades já utilizam esse Manual como referência em suas produções e trabalhos acadêmicos audiovisuais.

A difusão dos conteúdos é feita de 3 formas

- 1) Intercâmbio entre as universidades e uso nas suas grades de programação local
- 2) Utilização de uma seleção de conteúdos no Canal TUB – televisão universitária brasileira on line
- 3) Envio de conteúdos para parceiros nacionais e internacionais

No ano de 2016 a ABTU lançou uma experiência de vídeo sob demanda denominada Canal TUB – televisão Universitária brasileira (marca registrada em nome da Associação) que foi hospedado dentro da plataforma IBE.TV que é responsável pelos conteúdos da televisão ibero-americana – TEIB, uma iniciativa da Cúpula dos Chefes de Estado e de Governo de 21 países, permitindo assim aumentar a difusão de conteúdo realizado pelas Tevês Universitárias para toda a Ibero-américa.

Em outubro de 2017 a RITU mantinha 1.243 obras audiovisuais enviadas por dezenas de universidades distribuídos nos seguintes gêneros: 683 programas de entrevistas, 171 reportagens, 165 interprogramas (programas com duração entre 2 e 3 minutos), 79 documentários, 65 musicais, 37 programas especiais, 27 programas de culinária, 16 programas culturais e de notícias. Esse acervo é revis-

sado e atualizado a cada três meses, com o descarte de conteúdos que tenham data de vencimento, ou temporais, gerando um catálogo de programas que é enviado para todas as associadas. Esse repositório, não só permite um panorama da produção audiovisual universitária brasileira dos últimos anos, como também vai colaborar para o próximo desafio da ABTU, que é gerenciar seu próprio canal de televisão, baseado na lei 12485 que destina um canal universitário nas operadoras de satélite, que até 2017 ainda não havia sido regulamentado permitiu com que a Associação iniciasse o processo de ajuste de seu estatuto para tornar-se a operadora de um Canal Universitário Nacional via satélite, que assim como o canal on-line sob demanda vai utilizar o nome de TUB – Televisão Universitária Brasileira, com abrangência de todo o território brasileiro, e que será o maior espaço de difusão dos conteúdos da RITU, com previsão de início de operação em 2018.

Esta experiência da ABTU, e outras realizadas por emissoras educativas brasileiras, ajudaram na criação de outras redes importantes como a da Rede IFES, uma plataforma de Permuta de Conteúdos Audiovisuais das Instituições Federais de Ensino Superior brasileiras, baseada no mesmo conceito inicial da RITU, que foi criada com a participação de três universidades, a Universidade Federal do Paraná, a Universidade Federal de São Carlos e Universidade Feral de Ouro Preto e teve início de operação em 2007 (ESTRADA, 2013). A Rede Prosa, uma experiência que 12 universidades do estado Rio Grande do Sul, ligadas ao Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (COMUNG), na qual algumas são também associadas da ABTU. Os trabalhos tiveram início em novembro de 2012 (IORIS, 2015). A Rede está baseada em um processo alternativo de troca de conhecimentos e de produção de conteúdo jornalístico que tem foco no eixo da produção em rede, ou seja, é uma rede de produção colaborativa com o objetivo de realizar reportagens em série, apresentando abordagens diferenciadas sobre um mesmo assunto, porém também permite a troca permanente de conteúdos e reportagens, até o momento forma realizadas 15 séries em conjunto. Em outubro de 2017 foi assinada na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, a criação de uma Rede de Colaboração entre as Universidades do Norte e Nordeste brasileiro, apoiada pela ABTU, com a presença de 10 Universidades.

1.4 - Intercâmbio de conteúdo internacional

A proposta de internacionalização das Tevês Universitárias Brasileiras tem início com a participação da ABTU, através do Prof. Fernando Moreira, na época membro do Conselho Fiscal da instituição, no evento promovido pela Broadcast Educa-

tion Association – BEA na cidade de Las Vegas em 2004 e em outro evento promovido pela Associação Virtual Educa na cidade do México em 2005, quando a TV Univap, da qual é diretor, é apresentada como um modelo de emissora universitária que utiliza a Educomunicação em todo o processo de produção televisiva. O evento Virtual Educa Internacional realizado no Brasil em 2007, teve dentre as apresentações de trabalhos diversas participações de Tevês Universitárias, dando início também a divulgação da produção científica específica sobre a temática desse segmento.

Depois desse passo inicial, em 2012 foi realizado o I Encontro Latino Americano de Televisões Universitárias, na cidade de Rosário, Argentina, paralelamente a Sétima Reunião Ordinária da Asociación de Televisiones Educativas y Culturales Iberoamericanas - ATEI, com a participação significativa de membros da ABTU, com oito representantes e destacando-se a TV Unifor, da Universidade de Fortaleza, que teve a presença de seu Vice-Reitor, além da diretora da TV, Profa. Helena Santos.

Com o II Encontro Latino Americano de Televisões Universitárias, realizado ainda em 2013, na cidade de Fortaleza, durante o XIII Fórum Brasileiro de Televisão Universitária se consolida a internacionalização da ABTU, com a participação de representantes das Tevês Universitárias da Colômbia, Canal Zoom, do México, UDG TV (Universidade de Guadalajara) e da ATEI. Desde então têm sido realizadas parcerias e convênios com vários países para intercâmbio de conteúdo e apoio a eventos bilaterais, como a série de eventos TV Morfosis, com mais de 20 edições no México, Colômbia, Costa Rica, Espanha e Brasil.

No ano de 2016 teve início a primeira coprodução internacional com participação da ABTU e de emissoras universitárias brasileiras na série VIDAS E BEBIDAS, também coordenada pela Universidade de Guadalajara e com a participação de seis países: Brasil, Chile, Costa Rica, Colômbia, México e Espanha, com 12 capítulos.

Em 2017 foi fechado um acordo de Cooperação com o governo chinês, junto ao Departamento de Cooperação Internacional da Administração Estatal de Imprensa, Publicação, Rádio, Filme e TV da República Popular da China, o convênio prevê o intercâmbio cultural e técnico, assim como de conteúdo audiovisual e atividades de formação nas áreas de rádio e TV. Ainda está previsto o convite para as TVs Universitárias brasileiras realizarem gravações e participação em cursos de formação de rádio e TV na China.

Depois de vários anos e pequenas iniciativas podemos finalmente afirmar que a TV Universitária Brasileira é hoje reconhecida fora de nossas fronteiras, seja

pela difusão de conteúdo audiovisual cultural, educativo e científico ou ainda pela capacidade em reunir talentos e esforços para a produção de conteúdo audiovisual de qualidade como parte do aprendizado de nossos alunos.

Considerações Finais

O exemplo brasileiro de associação de televisões universitárias já deixou de ser único na comunidade ibero-americana, diversos países, como México e Argentina também criaram suas associações, além disso a consolidação de associações como ATEI - Asociación de Televisiones Educativas y Culturales Iberoamericanas, que já tem mais de 25 anos, demonstram a pujança na incorporação das IES produtoras de conteúdo televisivo, inclusive com desenvolvimento de propostas empreendedoras e inovadoras, como o Canal Zoom, da Colômbia, o projeto TV Morfosis, do México, o Programa Polos Audiovisuales Tecnológicos da Argentina, Noticiário Cultural e Científico Iberoamericano - NCC, a plataforma IBE.TV e o Canal de Televisão Iberoamericano, do Programa Teib.

Porém, até o momento, não foi encontrada nenhuma referência em trabalhos acadêmicos, sites ou citações de outra iniciativa de televisões universitárias e de associações similares que sejam nos moldes da Rede de Intercâmbio de Televisão Universitária, mantida pela ABTU, portanto pode-se considerar uma iniciativa pioneira, e até o momento a única, por que além do intercâmbio de conteúdos mantém um repositório das universidades participantes, funcionando como apoio a construção de grades de programação.

Dificuldades em conseguir administrar e fomentar um fluxo constante de participação no aumento do acervo, enfrentada pelas Tevês Universitárias Brasileiras, talvez seja uma das razões, visto que a maioria das Tevês dispõe de equipes pequenas e tem que optar entre demandas internas da universidade e comunidade local e as produções que sirvam para atender um público externo, ainda mais um público regional ou nacional, de forma que o número de produções que possam contribuir com uma rede de âmbito nacional não estão entre os objetivos básicos de uma TV Universitária. O que foi observado também é que muitas universidades dispõem de grande acervo de materiais didáticos, orientado para aulas ou material de apoio a projetos de educação à distância, que podem colaborar para um repositório, mas não são adequados para a formação de uma grade completa de programação de uma TV que seja mais atrativa a um público cada vez mais exigente em termos de conteúdo.

A questão da Internacionalização da TV Universitária brasileira oferece como atrativo a oportunidade das IES em apresentar suas produções para fora de nossas

fronteiras, bem como receber conteúdo internacional de interesse, além de participar em coproduções internacionais a partir de convênios. A maior dificuldade está no idioma português exigindo o trabalho de legendagem, seja para exportar ou importar conteúdos, e na legislação brasileira que obriga o registro de todas as obras exibidas, apesar de ainda não obrigatório, até o momento, no segmento das tvs de acesso condicionado, como cabo e satélite e também para internet. Mas o mais importante é que tudo isso permite com que professores e alunado sejam parte de um grande projeto de comunicação educativa que seja Inter culturalmente colaborativo.

Tais iniciativas, endógenas ou de exportação, reproduzem as características das televisões universitárias, de pensar uma produção audiovisual televisiva que vise um público abrangente, que concorra pela atenção do telespectador tradicional da TV comercial, que não veja o entretenimento como uma espécie de vilão de uma produção científica e que tenha a ideia de compartilhamentos, de formação de rede, de inovação como pilares. Tudo isso, no entanto, oferecendo – e se diferenciando – uma alternativa de programação e conteúdo, que tenha o interesse público e social, a divulgação científica, a extensão da universidade, a experimentação própria do fazer acadêmico, a (in)formação operacional e crítica da produção televisiva e a busca pela inovação social como fundantes de sua produção.

No entanto, apesar dos avanços, tais experiências e visão de empreendedorismo e inovação das TVUs ainda são exceções nas IES ibérico-americanas, inclusive e principalmente nas Brasileiras. É preciso a ampliação deste reconhecimento para as áreas diretivas das instituições, extrapolando-os de eventos acadêmicos específicos e que, geralmente, não contam com a presença de reitores, pró-reitores e demais dirigentes que, ao final, são os responsáveis pelo estabelecimento de políticas de extensão e de comunicação das IES. Muitas vezes as tevês são apêndices dentro das instituições ou reconhecidas apenas dentro dos departamentos aos quais estão diretamente relacionadas.

Existe um gargalo no crescimento das TVUs, onde as que produzem não conseguem contaminar a maioria das reitorias que ainda pensam em televisão como um instrumento caro, comercial e popular e, assim, sem coerência – quando não em oposição - com a academia. No entanto, a experiência da ABTU e outras inúmeras no Brasil e demais países ibero-americanos já são capazes de demonstrar, quantitativamente e qualitativamente, os benefícios da produção televisiva universitária e seu intercâmbio, tanto para a IES como para a inovação social proporcionada na comunidade que a cerca e a necessidade da difusão dessa inovação

em outros âmbitos

É preciso que nos façamos representar cada vez mais nos congressos de reitorias, de mantedoras, nas atividades políticas e representativas e em entidades que representem as direções executivas e acadêmicas das escolas, demonstrando que as Tevês universitárias têm muito o que contribuir, pela sua experiência, pela comprovação de sucesso em outras IES e outros países. Não faltam números, depoimentos, estudos. Nem o momento histórico, econômico e social, onde o empreendedorismo e a inovação social são palavras chaves, tanto do que se espera das IES em geral, como características da Televisão Universitária em particular.

O propósito de criação de uma rede de intercâmbio de conteúdos audiovisuais, buscado desde a criação da ABTU em 1997, faz parte desse grande esforço em tornar a TV Universitária brasileira conhecida e reconhecida e nesse momento utilizar esse repositório criado nos últimos anos para dar início a um canal nacional universitário, assumindo um espaço criado especialmente para esse fim através da legislação e que finalmente foi objeto de regulação pelas agentes estatais da área do audiovisual, nos parece a lógica de um passo à frente nesse objetivo, mas tendo a consciência que estamos atrasados em termos contextuais tecnológicos e temos que seguir com esse espírito de inovação e empreendedorismo para alcançar os públicos consumidores através dessa e de outras tecnologias, tarefas que serão objeto de novos estudos de processos produtivos, colaboração, formatos televisivos e formas diversas de entrega de conteúdo, papel de experimentação que é intrínseco ao ambiente de nossas tevês universitárias.

REFERENCIAL TEÓRICO

Referencial teórico

- ABRAHAM, Jonathan (27 February 2006). "Analysis: University TV Stations". *The Independent*. London. Arquivo do artigo original de 31 agosto de 2009. Acessado em 15/10/2017. <http://www.independent.co.uk/news/media/analysis-university-tv-stations-467819.html>
- ADORYAN, A., MAGALHÃES, C. M., & PASCHOAL NETO, J. D. Produção Colaborativa e convergência de mídia na TV: uma proposta de inovação e tecnologia social para as TVs universitárias. *Revista ABTU*, pp. 37-43, 2013.
- BARRETO, B. V., & ARGOLLO, R. V. Processos de aprendizagem da TV Universitária: a experiência da TV UESC. *Revista ABTU*, pp. 13-18, 2016.
- BASTOS, M. F. Educação e empreendedorismo social: um encontro que (trans)forma cidadãos. Belo Horizonte/MG: Mazza Edições, 2013.
- CALLIGARO, D. TVs Universitárias: em busca de identidade e autonomia financeira. *Revista ABTU*, pp. 27-31, 2013.
- CASTELLS, M. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e terra, 1999.
- ESTRADA, Duque et al. RedeIFES: história, potencialidades e desafios para formação de uma rede convergente e interativa de comunicação horizontal das IFES. 2013
Acesso em 29/10/2017. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-da-midia-digital/redeifes-historia-potencialidades-e-desafios-para-formacao-de-uma-rede-convergente-e-interativa-de-comunicacao-horizontal-das-ifes>
- FRADKIN, A. Histórico da TV Pública/Educativa no Brasil. Em B. CARMONA, M. FLORA, & e. a. (org.), *O desafio da TV Pública: uma reflexão sobre sustentabilidade e qualidade* (pp. 56-62). Rio de Janeiro: TVE Rede Brasil, 2003.
- GÓES, J. D. Marcas Particulares de Jornalismo Científico em Televisões Universitárias. *Revista ABTU*, pp. 14-20, 2014.
- IORIS, Vanessa. A Experiência da Rede Prosa: TV's Universitárias do Rio Grande do Sul em Rede. Universidade do Vale dos Sinos – Unisinos. São Leopoldo. 2015. acessado em 29-10-2017 – disponível em <http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/4719/Vanessa%20loris.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.
- LAKATOS, E. M., & MARCONI, M. d. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2001.
- MACHADO, A. A televisão levada a sério. São Paulo: Editora Senac, 2003.
- MACHADO, L. Inovações e mudanças: conceitos e abordagens. Em E. H. CABRAL, & J. C. SOUZA NETO, *Temas do desenvolvimento: reflexões críticas sobre inovações sociais* (pp. 11-27). São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2009.
- MAGALHÃES, C. M. Não há Segunda Tela sem a Primeira: 10 razões porque a TV não vai desaparecer. (LABCOM, Ed.) *Estudos em Comunicação*, pp. 249-276, 2014.
- MARTELLI, F. C., & KERBAUY, M. M. TV Universitária, um modelo em construção entre o público e o privado. *Revista ABTU*, pp. 15-18, 2013.
- MILANEZ, L. TVE: cenas de uma história. Rio de Janeiro: ACERP, 2007
- Ministério da Cultura. I Fórum Nacional de TV's Públicas: Diagnóstico do Campo Público de Televisão. Brasília: Ministério da Cultura, 2006.
- MINTZBERG, H., AHLSTRAND, B., & LAMPEL, J. Safari de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico. Porto Alegre/RS: Bookman, 2000.
- MOURA, Fernando. Nova versão da Rede de Intercâmbio de Televisão Universitária. *Revista SET*. ed.133, pag.76 . disponível em <http://set6.tempsite.ws/artigos/ed133/pg76.pdf>
- NAEB. National Association of Educational Broadcasters. 2017.
<http://www.lib.umd.edu/NPBA/subinfo/naeb.html>
- NOWISCK, G. S. A divulgação da arte paranaense: análise da abertura do programa Caldo de Cultura do UFPR TV. *Revista ABTU*, pp. 38-43, 2015.
- RAMALHO, A. Mapa da TV universitária brasileira: versão 3.0. Viçosa, MG: Anadarco, 2011.
- SANTOS, V. M., & SERAFIM, C. P. A experiência do Circuito Universitário da TV Universitária de Uberlândia-MG. *Revista ABTU*, pp. 19-26, 2016.
- SEDASSARE, H. L. Os desafios da TV UNAERP de Ribeirão Preto para o Mundo. *Revista ABTU*, pp. 17-20, 2014.
- TORRES, A. D., & MAGALHÃES, C. M. (1 de out de 2016). A gestão do conhecimento como ferramenta para televisão universitária. *Revista ABTU*, pp. 6-12, 2016.
- TORVES, J. C. Televisão pública. Porto Alegre: Editora Evangraf, 2007.
- VALE, G. M. Empreendedor: origens, concepções Teóricas, Dispersão e Integração. *RAC Revista da Administração Contemporânea*, 18(6), pp. 874-891. Acesso em 11 de março de 2017, disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rac/v18n6/1982-7849-rac-18-6-0874.pdf>, 2014.
- VALENTE. Sistema público de comunicação do Brasil. Em *Intervozes, Sistema Público de Comunicação do Brasil: experiências de doze países e o caso brasileiro* (pp. 268-319). São Paulo: Paulus, Intervozes, 2009.
- WAINER, J. Processos de criação e gestão de uma TV Universitária. *Revista ABTU*, pp. 7-13, 2014.
- WAINER, J. Os desafios de um concurso de projetos audiovisuais universitários. *Revista ABTU*, pp. 49-51, 2016.
- WANG, Xi Wang e DONG, Haining. The Application of Media Asset Management System in Television Program Operation. 2nd International Conference on Teaching and Computational Science (ICTCS 2014). Disponível em www.atlantis-press.com/php/download_paper.php?id=13283 . acessado em 23/10/2017
- WHO IS HOSTING THIS.COM . A Short History of FTP with Resources. Londres. acessado em 26/10/2017 . disponível em <https://www.whoishostingthis.com/resources/ftp/>